

# ÁGUEDA

## MUNICÍPIO

# 2025



# RELATÓRIO DE GESTÃO



ABRIL 2025

---



Esta página destina-se aos carimbos da Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Águeda

# RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

## MUNICÍPIO DE ÁGUEDA

Praça Município Águeda  
3754-500 Águeda

[www.cm-agueda.pt](http://www.cm-agueda.pt)  
[geral@cm-agueda.pt](mailto:geral@cm-agueda.pt)

# ÁGUEDA

CIDADE GREEN LEAF 2026



**RECONHECIMENTO EUROPEU PELA COMISSÃO EUROPEIA PELA LIDERANÇA AMBIENTAL E COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE.**



## Porquê Águeda?

Estratégia ambiental consistente, pioneira e ambiciosa  
 Forte compromisso com a transição climática  
 Políticas eficazes em mobilidade sustentável  
 Valorização dos recursos naturais e proteção ambiental  
 Aposta na economia circular e na descarbonização  
 Inovação tecnológica ao serviço do ambiente



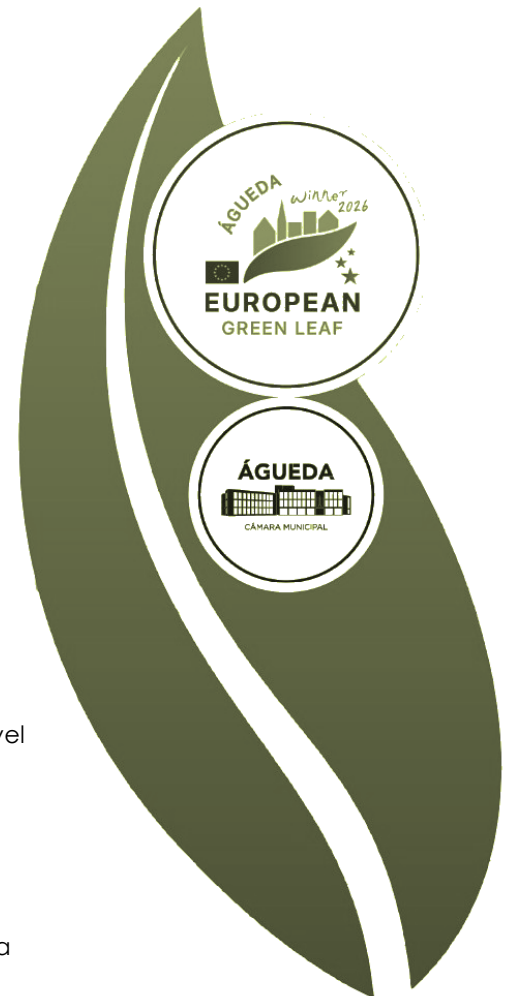
## O que significa ser Green Leaf 2026?

Reconhecimento Europeu  
 Qualidade das políticas e capacidade de execução  
 Valorização do Território  
 Águeda como exemplo nacional de desenvolvimento sustentável  
 Novas Oportunidades  
 Financiamento, parcerias e projetos internacionais  
 Identidade Verde Reforçada  
 Consolidação de uma imagem ambiental moderna e inovadora  
 Comunidade Envolvida  
 Empresas, escolas e associações num movimento coletivo por boas práticas



## Como será o ano 2026 para Águeda?

Um ano de celebração, ação e demonstração  
 Programa oficial Green Leaf com iniciativas ambientais, educativas, culturais e científicas  
 Eventos e programas de sensibilização ambiental  
 Ações de biodiversidade e adaptação climática  
 Participação cidadã reforçada: oficinas, campanhas, desafios  
 Parcerias com escolas, universidades e empresas  
 Promoção internacional de Águeda como cidade sustentável e inovadora



# ÍNDICE

<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE .....</b>	<b>1</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
1.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO .....	3
1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	5
<b>2 VISÃO GERAL DAS OPERAÇÕES DA ENTIDADE E DO AMBIENTE EM QUE OPERA .....</b>	<b>8</b>
2.1. ASSEMBLEIA MUNICIPAL.....	9
2.2. CÂMARA MUNICIPAL.....	11
2.3. ESTRUTURA ORGÂNICA.....	15
2.4. OPERAÇÕES DA ENTIDADE E AMBIENTE EM QUE OPERA .....	19
<b>3 OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA ENTIDADE .....</b>	<b>23</b>
<b>4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>25</b>
4.1. ANÁLISE AO BALANÇO.....	25
4.2. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS .....	26
4.3. ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS .....	27
4.4. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL.....	28
4.5. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	29
<b>5 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL .....</b>	<b>31</b>
5.1. RECEITA PRÓPRIA .....	31
5.2. TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS .....	32
5.3. FINANCIAMENTO BANCÁRIO .....	33
5.4. ANÁLISE E COMENTÁRIO À EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE E DE CAPITAL.....	33
5.5. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES PARA ANOS SEGUINTEs .....	36
5.6. ANÁLISE E COMENTÁRIO AO RESULTADO ORÇAMENTAL .....	37
5.7. ANÁLISE AOS PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS .....	39
5.8. RISCOS E INCERTEZAS QUE AFETAM A POSIÇÃO FINANCEIRA.....	41
<b>6 CONTABILIDADE DE GESTÃO .....</b>	<b>43</b>
6.1. NORMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA 27 .....	43
<b>7 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....</b>	<b>45</b>
<b>8 APRECIÇÃO DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA .....</b>	<b>47</b>
<b>9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>47</b>
<b>10 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>48</b>



## INDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Balanço .....	25
<b>Quadro 2:</b> Demonstração de Resultados.....	26
<b>Quadro 3:</b> Indicadores Económico-Financeiros .....	27
<b>Quadro 4:</b> Apuramento da "Dívida Total" a 31-12-2025.....	28
<b>Quadro 5:</b> DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa 2025 .....	30
<b>Quadro 6:</b> Receitas Próprias (2024-2025) .....	32
<b>Quadro 7:</b> Transferências Obtidas (2024-2025) .....	33
<b>Quadro 8:</b> Orçamento Despesa 2025 .....	34
<b>Quadro 9:</b> Compromissos Plurianuais (2026-2029) .....	37
<b>Quadro 10:</b> Quadro Resumo da Execução (2025).....	38
<b>Quadro 11:</b> Quadro Comparativo da Execução (2024 - 2025) .....	38
<b>Quadro 12:</b> Evolução dos Principais Indicadores Orçamentais .....	40
<b>Quadro 13:</b> Demonstração de Resultados por Funções (2025) .....	44
<b>Figura 1:</b> Estrutura Orgânica dos Serviços – Organograma (2025) .....	17
<b>Figura 2:</b> Distribuição de funcionários por carreiras profissionais .....	18



# MENSAGEM DO PRESIDENTE

## **Águeda é um Município aberto ao Mundo**

Águeda afirma-se hoje, de forma clara e inequívoca, como um Município aberto ao mundo, reconhecido no país e no estrangeiro pela sua capacidade de inovar, de arriscar e de transformar ideias e projetos em ações concretas. Que têm efeitos na vida das pessoas que escolhem Águeda para viver, trabalhar ou visitar.

Soubemos definir a estratégia e traduzi-la em resultados e soubemos conduzir a nossa ação com ambição, que se reflete no progresso real na vida das pessoas. Este percurso não aconteceu por acaso. É fruto de um trabalho consistente, de uma governação séria e de uma relação de confiança construída com os aguedenses.

Hoje, somos reconhecidos dentro e fora de Portugal pela nossa capacidade de arriscar, de criar e de fazer diferente. Mais do que reconhecimento, isso traduz-se em melhor qualidade de vida para quem aqui vive, trabalha ou nos visita.

Esta confiança renovada pelos cidadãos não foi, nem nunca será, encarada como um privilégio. É, acima de tudo, uma responsabilidade acrescida. Um compromisso exigente que nos obriga a fazer mais, a ouvir mais e a estar ainda mais próximos das pessoas.

Foi com esse espírito que trabalhámos para afirmar Águeda como um concelho dinâmico, competitivo e preparado para o futuro. Investimos em infraestruturas estruturantes, como a ligação em perfil de autoestrada entre Águeda e Aveiro e a ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2. Intervenções que reforçam a competitividade e contribuem para o crescimento económico do concelho, com benefícios diretos para a comunidade.

Simultaneamente, reforçámos a nossa aposta no ambiente e na sustentabilidade, tornando Águeda uma referência europeia. A distinção como European Green Leaf - Cidade Verde Europeia 2026, que estamos a viver este ano, não é apenas um prémio, representa a validação de uma estratégia consistente que coloca a sustentabilidade, a qualidade de vida e o futuro das próximas gerações no centro das decisões.

Este é um caminho que envolve toda a comunidade e que continuará a marcar o nosso desenvolvimento.

A nossa ação faz-se também de proximidade. De diálogo constante com as freguesias, com as associações, com os cidadãos. De uma governação que não exclui, que não divide, e que não deixa ninguém para trás. Reforçámos o apoio local, valorizámos o movimento associativo e investimos em todas as áreas essenciais: educação, cultura, desporto, saúde e habitação.

Na cultura e no turismo, levamos o nome de Águeda a diferentes latitudes, com eventos, criatividade e uma identidade única que nos distingue. Criamos espaços, promovemos iniciativas e afirmamos o concelho como um destino de referência, capaz de atrair visitantes e gerar orgulho em quem cá vive.

O nosso compromisso com o futuro traduz-se ainda em projetos estruturantes como o novo Parque Ambiental, a modernização dos serviços públicos, a aposta na habitação acessível e a criação de melhores condições para fixar jovens e famílias. Estamos a construir um concelho da vez mais equilibrado, mais inclusivo e mais preparado para os desafios do futuro.

Mas os dias felizes que caracterizam Águeda fazem-se de muito mais do que distinções. A motivação para ultrapassar desafios e vencer obstáculos nasce, antes de mais, do trabalho diário, do empenho em servir os cidadãos e em melhorar continuamente a qualidade de vida das nossas populações. Nasce também de uma característica profundamente enraizada na identidade aguedense: acreditar e nunca desistir.

Águeda é hoje um território vivo, inovador e aberto ao mundo. Um concelho que inspira, que acolhe e que acredita.

E é com essa confiança, firme, partilhada e renovada, que continuaremos a trabalhar. Pelo presente. Pelo futuro. Por Águeda.

*“Que as nossas mentes sigam sempre o exemplo dos nossos guarda-chuvas (que só abertos funcionam) e que continuemos a trilhar o caminho do crescimento, da ousadia e da humanidade. Porque é com essa abertura que Águeda continuará a afirmar-se como um concelho que inspira, acolhe e se projeta para o futuro.”*

**O Presidente,**

Câmara Municipal de Águeda



Jorge Almeida



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



## 1 INTRODUÇÃO

### 1.1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O exercício de 2025 decorreu num contexto internacional particularmente exigente, marcado pela persistência de tensões geopolíticas, pela continuação dos conflitos armados em várias regiões, pelo agravamento das tensões comerciais e por um elevado nível de incerteza quanto à evolução das principais economias mundiais. O Fundo Monetário Internacional assinalou, em 2025, uma revisão em baixa do crescimento mundial, salientando que o aumento das tarifas aduaneiras, em especial por parte dos Estados Unidos, e a imprevisibilidade das políticas económicas constituíram fatores adicionais de pressão sobre o comércio internacional, o investimento e a confiança dos agentes económicos.

No plano energético, 2025 ficou igualmente marcado por volatilidade e instabilidade. A Agência Internacional da Energia referiu que os mercados petrolíferos atravessaram um ano turbulento, condicionado por tensões comerciais, incerteza acrescida e riscos geopolíticos, fatores que continuaram a influenciar os preços da energia, os custos de produção e o desempenho das economias europeias.

Na zona euro, o enquadramento monetário evoluiu no sentido de algum alívio, após o ciclo restritivo dos anos anteriores. O Banco Central Europeu reduziu, em junho de 2025, as taxas de juro diretas em 25 pontos base, fixando a taxa da facilidade permanente de depósito em 2,00%, tendo posteriormente mantido as taxas inalteradas nas reuniões de outubro e dezembro, num contexto em que a inflação se aproximou do objetivo de médio prazo de 2% e a atividade económica revelou alguma resiliência, ainda que enquadrada por um ambiente externo adverso.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Em Portugal, a economia evidenciou um comportamento globalmente resiliente, embora inserido num quadro externo desfavorável. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o Produto Interno Bruto cresceu 1,9% em volume em 2025, após um crescimento de 2,1% em 2024. Por sua vez, a inflação média anual, medida pelo Índice de Preços no Consumidor, fixou-se em 2,3%, traduzindo uma desaceleração face ao ano anterior, ainda que se tenham mantido pressões sobre os custos de contexto, os preços de alguns bens e serviços e a capacidade de investimento de famílias, empresas e administrações públicas.

No plano das finanças públicas, Portugal manteve uma trajetória de consolidação orçamental e de redução do peso da dívida pública no produto. Segundo o Banco de Portugal, a dívida pública situou-se em 89,7% do PIB no final de 2025, refletindo a continuação do processo de ajustamento das contas públicas e de reforço da credibilidade financeira externa do país.

O ano de 2025 ficou também fortemente marcado pela instabilidade política nacional. Em 11 de março, o Governo da República cessou funções na sequência da rejeição de uma moção de confiança no Parlamento, situação que conduziu à dissolução da Assembleia da República e à convocação de eleições legislativas antecipadas para 18 de maio de 2025. As eleições realizaram-se nessa data, num contexto de renovada fragmentação política e de manutenção de um quadro parlamentar exigente do ponto de vista da governação.

No plano autárquico, 2025 correspondeu igualmente ao encerramento do ciclo político iniciado em 2021. As eleições gerais para os órgãos das autarquias locais foram oficialmente marcadas para 12 de outubro de 2025, assinalando o termo do mandato autárquico 2021–2025 e o início de um novo ciclo de governação local. Este enquadramento conferiu ao ano uma relevância acrescida ao nível da avaliação das políticas implementadas, da execução dos investimentos em curso e da preparação da continuidade estratégica dos projetos estruturantes municipais.

Neste contexto, o exercício de 2025 foi desenvolvido num ambiente caracterizado por incerteza externa, moderação do crescimento económico, normalização gradual da inflação, ajustamento das condições monetárias e instabilidade política interna. Ainda assim, este enquadramento não



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



inviabilizou a prossecução da atividade municipal, antes exigindo uma gestão particularmente prudente, flexível e orientada para a eficiência na afetação de recursos, a execução do investimento e a resposta às necessidades da população e do território.

Em Águeda, este contexto foi enfrentado com resiliência e capacidade de adaptação, assegurando-se a continuidade dos principais projetos estruturantes, a execução do investimento municipal e a manutenção de uma gestão financeira equilibrada. O Município soube responder aos desafios externos, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável do território, na melhoria da qualidade de vida da população e na concretização das suas prioridades estratégicas, mesmo num cenário de elevada exigência e incerteza.

## 1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

No âmbito das autarquias locais, o Município de Águeda, sediado na Praça do Município, na Freguesia e Concelho de Águeda, exerce as suas competências e responsabilidades em conformidade com o disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Este diploma define o regime jurídico aplicável às autarquias locais, regula o funcionamento das entidades intermunicipais, estabelece o processo de transferência de competências do Estado para estas entidades e enquadra o associativismo autárquico.

Nos termos do artigo 23.º da referida lei, compete ao município assegurar a prossecução e defesa dos interesses das populações locais, em articulação com as freguesias. Por sua vez, de acordo com a alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, é responsabilidade da Câmara Municipal proceder à elaboração e aprovação de normas de controlo interno, bem como à inventariação e valorização do património municipal, cabendo-lhe ainda preparar os documentos de prestação de contas a submeter à Assembleia Municipal.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Relativamente ao enquadramento financeiro, a Câmara Municipal de Águeda rege-se igualmente pelo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), consagrado na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Importa ainda referir a Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), instituído pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Estes diplomas introduziram uma nova abordagem às finanças públicas, centrada na contabilidade, no reporte, no controlo e na transparência, promovendo a harmonização, fiabilidade e comparabilidade da informação financeira.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, é aplicável a todos os serviços e organismos da Administração Pública que não assumam a natureza, forma ou designação de empresa. Este sistema integra três vertentes fundamentais — contabilidade orçamental, financeira e de gestão —, cada uma regulada por normas próprias especificamente orientadas para o setor público.

No âmbito da sua implementação, foi disponibilizado um Manual de Implementação, conforme previsto no artigo 12.º do referido diploma. Acresce que, em 2016, foram publicadas a Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho, que aprova as Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional (PCM) do SNC-AP, e a Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto, que estabelece as normas aplicáveis ao Regime Simplificado do SNC-AP.

Este enquadramento legal e normativo constituiu a base para a elaboração e organização dos documentos de prestação de contas e respetiva documentação de suporte, em conformidade com o SNC-AP e com o disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, tendo igualmente em consideração as alterações introduzidas pela Resolução n.º 2/2021, de 24 de dezembro, do Tribunal de Contas.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



A Câmara Municipal de Águeda desenvolve a sua atividade pautada por princípios de rigor, transparência e responsabilidade, reconhecendo o papel determinante de uma gestão financeira sólida na consolidação da autonomia local. Esta orientação encontra-se refletida no presente documento, quer nas prioridades estratégicas definidas, quer na forma como os recursos financeiros são afetos.

O presente documento tem como finalidade apresentar, de forma clara e estruturada, e em conformidade com os princípios e normas do SNC-AP, as contas relativas ao exercício de 2025 do Município de Águeda. Pretende-se, assim, assegurar uma prestação de contas transparente e completa, disponibilizando toda a informação necessária para uma análise rigorosa por parte dos órgãos municipais e do público em geral.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



## 2 VISÃO GERAL DAS OPERAÇÕES DA ENTIDADE E DO AMBIENTE EM QUE OPERA

Enquanto autarquia local, a Câmara Municipal de Águeda assume a responsabilidade pela gestão e desenvolvimento do território municipal, afirmando-se, nos últimos anos, como uma referência a nível nacional e internacional em diversos domínios. Da modernização administrativa à inovação, passando pelo empreendedorismo e pela sustentabilidade energética e ambiental, Águeda tem vindo a consolidar o seu posicionamento como um território de excelência e qualidade de vida.

Este reconhecimento resulta de uma visão estratégica orientada para a valorização das pessoas e para a construção de um concelho sustentável, competitivo, inovador e socialmente inclusivo. O Município procura, assim, afirmar-se como um exemplo de boa governação, assente em princípios de eficiência e transparência, e como um território atrativo para residir, trabalhar e visitar.

O ano de 2025 assinala o termo de um ciclo autárquico, marcado pela concretização de um conjunto significativo de projetos estruturantes e pela consolidação de políticas públicas orientadas para o desenvolvimento sustentável do concelho. Este período permitiu reforçar a capacidade de resposta do Município, aprofundar a proximidade às populações e afirmar Águeda como um território inovador e resiliente. Simultaneamente, este momento representa uma oportunidade de balanço e de preparação para um novo ciclo, assegurando a continuidade das estratégias e investimentos em curso, bem como a prossecução dos objetivos de desenvolvimento definidos.

Em alinhamento com esta visão, a missão da autarquia centra-se no planeamento, organização e execução de políticas municipais em múltiplas áreas de intervenção, promovendo o desenvolvimento integrado do território.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Neste contexto, a Câmara Municipal tem vindo a implementar políticas públicas orientadas para a inovação, eficácia e qualidade, com especial enfoque na melhoria contínua dos serviços prestados e na satisfação dos cidadãos.

Paralelamente, e no âmbito do processo de descentralização administrativa, o Município tem vindo a assumir um conjunto alargado de novas competências, reforçando a sua capacidade de intervenção e proximidade às populações. Este reforço de atribuições implica a adaptação contínua dos modelos de gestão e organização interna, bem como o investimento na qualificação e valorização dos recursos humanos.

A Câmara Municipal de Águeda configura-se, assim, como uma pessoa coletiva territorial, dotada de órgãos representativos que prosseguem os interesses próprios da comunidade local, destacando-se, neste âmbito, a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal enquanto principais órgãos do Município.

## 2.1. ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Na sequência das eleições autárquicas de 2025 e da tomada de posse ocorrida em 27 de outubro de 2025, a Assembleia Municipal de Águeda passou a apresentar uma nova composição para o mandato 2025–2029, alterando a sua composição para 36 membros, considerando a desagregação de 4 freguesias.

À semelhança do modelo legalmente definido, este órgão é composto por 21 membros eleitos diretamente pelo colégio eleitoral do Município e por 15 membros por inerência, correspondentes aos Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia do concelho.

A Mesa da Assembleia Municipal é presidida por José Filipe de Almeida Pereira, sendo coadjuvado por uma primeira e uma segunda secretária, todos eleitos pela coligação Juntos por Águeda – PPD/PSD.MPT, que assume uma posição maioritária no órgão deliberativo.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO

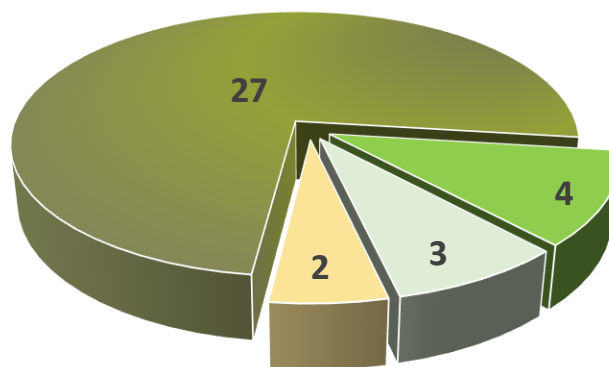


Do ponto de vista da representação política, a Assembleia Municipal resultante das eleições de 2025 caracteriza-se por uma maioria da coligação Juntos por Águeda – PPD/PSD.MPT, refletindo os resultados eleitorais obtidos no concelho. Para além desta força política, encontram-se também representados o Partido Socialista (PS), o CDS-PP e o partido CHEGA, assegurando o pluralismo democrático no funcionamento do órgão.

Importa ainda referir que os Presidentes das Juntas e Uniões de Freguesia integram a Assembleia Municipal por inerência de funções, sendo maioritariamente provenientes da coligação Juntos por Águeda – PPD/PSD.MPT, com representação do CDS-PP, na União de Freguesias da Trofa, Segadães e Lamas do Vouga.

Esta composição evidencia um quadro de estabilidade governativa e de alinhamento institucional entre os diferentes órgãos municipais, permitindo assegurar a continuidade das políticas públicas e das estratégias de desenvolvimento do concelho, no início de um novo ciclo autárquico.

### COMPOSIÇÃO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA 2025-2029



■ JUNTOS POR ÁGUEDA PPD/PSD.MPT ■ PS ■ CDS-PP ■ CHEGA



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



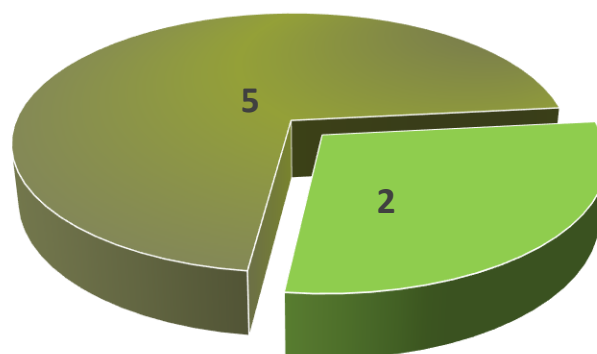
## 2.2. CÂMARA MUNICIPAL

À data de 31 de dezembro de 2025, a Câmara Municipal de Águeda é constituída por um Presidente e seis Vereadores, um dos quais exerce funções de Vice-Presidente, configurando-se como o órgão executivo colegial do Município.

Na sequência das Eleições Autárquicas realizadas em 12 de outubro de 2025, foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Águeda Jorge Almeida, sendo o Executivo igualmente composto pelos Vereadores Edson Santos, Marlene Gaio, Vasco Oliveira e Carlos Filipe, eleitos pela coligação Juntos por Águeda – PPD/PSD.MPT, e pelos Vereadores José Mota e Daniela Herculano (em substituição de Francisco Vitorino), eleitos pelo Partido Socialista.

Esta composição traduz a distribuição de mandatos resultante do ato eleitoral, assegurando a representatividade das diferentes forças políticas no órgão executivo municipal.

**COMPOSIÇÃO CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA  
2025-2029**



■ JUNTOS POR ÁGUEDA PPD/PSD.MPT ■ PS



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Conforme a disposição legal, após a delegação de poderes no Presidente da Câmara, Jorge Almeida determinou distribuir, pelos vereadores em regime de permanência **Edson Santos (Vice-Presidente), Marlene Gaio, Vasco Oliveira e Carlos Filipe**, a quem compete a responsabilidade da definição de estratégias para o município, assim como a gestão dos serviços municipais, os seguintes pelouros:

### PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



**Jorge Almeida**

- Obras Públicas;
- Intermunicipalismo e Competitividade Regional;
- Freguesias e Coesão Territorial;
- Gestão e Planeamento Estratégico;
- Planeamento e Ordenamento do Território;
- Candidaturas e Programas de Financiamento;
- Plano de Recuperação e Resiliência e Portugal 2030;
- Relações Internacionais e Cooperação Externa;
- Comunicação Institucional e Protocolo;
- Saúde e Felicidade;
- Gestão das Áreas Empresariais;
- Contratação Pública.

### VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



**Edson Santos**

- Gestão Económica e Financeira;
- Turismo, Lazer e Promoção do Concelho;
- Desporto, Saúde e Bem-Estar;
- Mobilidade Urbana;
- Ambiente, Ecologia, Sustentabilidade e Ação Climática;
- Estratégia Cidade Inteligente – Smart Cities;
- Comércio Local e Atividades Económicas;
- Gestão e Acompanhamento ao Associativismo Desportivo, Cultural e Recreativo;
- Tecnologias de Informação e Transição Digital;
- Cultura, Equipamentos Culturais e Arqueologia;
- Habitação;
- Empreendedorismo e Promoção do Emprego;
- Energia, Transição e Eficiência Energéticas;
- Desenvolvimento Económico.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



### VEREADORES COM PELOURO ATRIBUÍDO



**Marlene Gaio**

- Educação, Ensino Superior e Formação Profissional;
- Ação Social e solidariedade;
- Gestão da Habitação Social;
- Juventude e Voluntariado;
- Futuro e Novas Gerações;
- Família, Parentalidade e Natalidade;
- Ciência e Inovação;
- Envelhecimento Ativo;
- Imigração, Integração e Inclusão;
- Cidadania e Igualdade;
- Gestão e Acompanhamento ao Associativismo Social;
- Gestão de Recursos Humanos;
- Modernização Administrativa e Estruturas de Proximidade;
- Arquivo Municipal;
- Organização dos Serviços Jurídicos, Administrativos.



**Vasco Oliveira**

- Segurança e Proteção Civil;
- Fiscalização Municipal;
- Contraordenações;
- Espaços Verdes e Jardins;
- Proteção e Bem-estar Animal;
- Higiene e Limpeza Urbana;
- Espaço Público e Esplanadas;
- Gestão de Armazéns e Oficinas, Gestão da Frota e Parque de Máquinas;
- Manutenção e Conservação de Infraestruturas Rodoviárias;
- Trânsito e Sinalização Rodoviária;
- Património Imobiliário Municipal;
- Gestão e Requalificação do Espaço Público;
- Gestão e Manutenção de Equipamentos e Edifícios Públicos;
- Cemitérios;
- Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho;
- Apoio às Freguesias;
- Desenvolvimento Rural, Agrícola e Florestal.

### VEREADORES COM PELOURO ATRIBUÍDO



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



**Carlos Filipe**

- Urbanismo, Obras Particulares e Toponímia;
- Feiras e Mercados;
- Licenciamentos Diversos;
- Transportes Públicos;
- Regeneração Urbana;
- Gestão da Qualidade.

### VEREADORES SEM PELOURO ATRIBUÍDO



**José Mota**



**Daniela Herculano**



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



### 2.3. ESTRUTURA ORGÂNICA

Relativamente à Estrutura e Organização dos Serviços Municipais de Águeda, a mesma foi alterada no final de 2025, aprovada na 5.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 19 de dezembro de 2025, sob proposta da Câmara Municipal, tomada em reunião extraordinária de 15 de dezembro de 2025, tendo sido publicada esta alteração através do Despacho n.º 24/2026, de 2 de janeiro, na 2.ª Série do Diário da República.

Esta alteração da estrutura orgânica do Município de Águeda decorre, essencialmente, da necessidade de adaptação às recentes exigências legais, nomeadamente no âmbito do SIMPLEX, bem como do reforço de competências municipais resultante do processo de descentralização. Estas mudanças impuseram a adoção de um modelo organizacional mais eficiente, orientado para a simplificação administrativa, a desmaterialização de processos e o reforço da capacidade de resposta em áreas críticas como o urbanismo, a ação social, a educação e a gestão patrimonial.

Neste contexto, procedeu-se a uma reorganização dos serviços municipais, destacando-se: (i) a criação de novas unidades orgânicas, designadamente nas áreas do controlo urbanístico, apoio técnico, património e intervenção social; (ii) a extinção de unidades consideradas desajustadas ao novo modelo; (iii) a reconfiguração e reclassificação de algumas estruturas existentes; e (iv) a autonomização da área da Educação, Juventude e Ação Social, reforçando a sua relevância estratégica.

Adicionalmente, foi adotado um modelo organizacional hierarquizado, com redefinição das unidades nucleares e flexíveis, visando maior eficiência, especialização e articulação interna, assegurando uma estrutura mais robusta e adequada aos atuais desafios da gestão municipal.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Assim, a estrutura orgânica passou a contemplar:

- 2 unidades orgânicas nucleares - titulares de cargo de direção intermédia de 1.º grau;
- 11 unidades orgânicas flexíveis - titulares de cargo de direção intermédia de 2.º grau;
- 3 unidades orgânicas flexíveis - titulares de cargo de direção intermédia de 3.º grau;
- 10 unidades orgânicas flexíveis - titulares de cargo de direção intermédia de 4.º grau;
- 14 unidades orgânicas flexíveis - titulares de cargo de direção intermédia de 5.º grau.

Na dependência hierárquica direta do Presidente da Câmara estão ainda os seguintes serviços e gabinetes responsáveis por matérias específicas e transversais à autarquia, de apoio aos órgãos municipais, de natureza administrativa, técnica, fiscalizadora ou política:

- a) Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC);
- b) Gabinete de Atendimento ao Munícipe (GAM);
- c) Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI);
- d) Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos e Freguesias (GAOAF);
- e) Gabinete de Apoio à Presidência (GAP);
- f) Gabinete de Autoridade Veterinária Municipal (GAVM);
- g) Gabinete de Gestão dos Serviços de Saúde (GGSS);
- h) Gabinete de Transparência e Cooperação Institucional (GTCl);
- i) Gabinete de Candidaturas e Financiamento (GCF).



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO

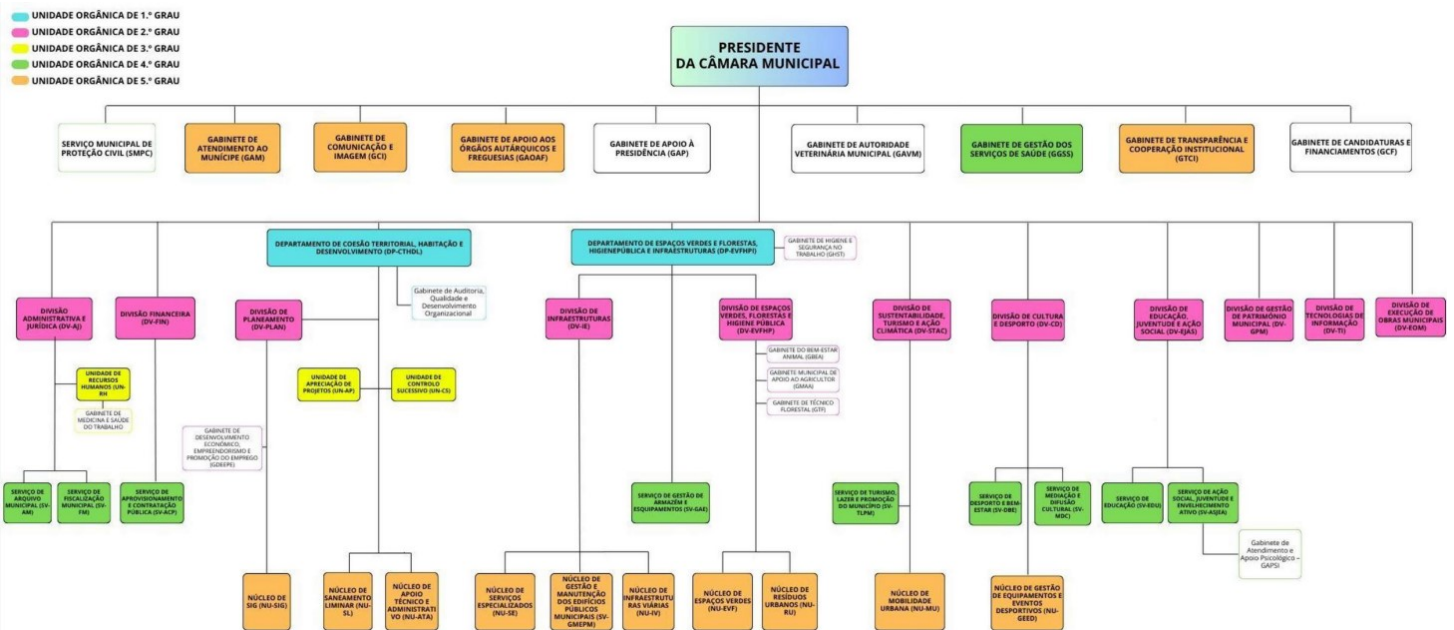


Figura 1: Estrutura Orgânica dos Serviços – Organograma (2025)

Em termos gerais, o município apresentava, em 2025, cerca de **478 funcionários**, distribuídos pelas carreiras profissionais de assistente operacional (249 funcionários) e assistentes técnicos (102 funcionários), técnico superior (83 funcionários), técnicos de informática (5 funcionários), fiscais municipais (7 funcionários), pessoal dirigente (27 funcionários) e 5 eleitos locais, registando-se um ligeiro aumento do número de trabalhadores do município.

De registar 34 entradas para o quadro de pessoal, 24 referentes a processos de recrutamento, 7 referentes ao regresso de licença sem vencimento, 1 regresso à entidade de origem, 1 eleito local e 1 por nomeação para o GAP.

O número de saídas foi quase o mesmo do número de entradas, cerca de 32 pessoas. Destas, 16 saíram por motivos de aposentação, 6 por licenças sem vencimento, 6 por mobilidade, 2 por falecimento e 2 por cessação de contrato.

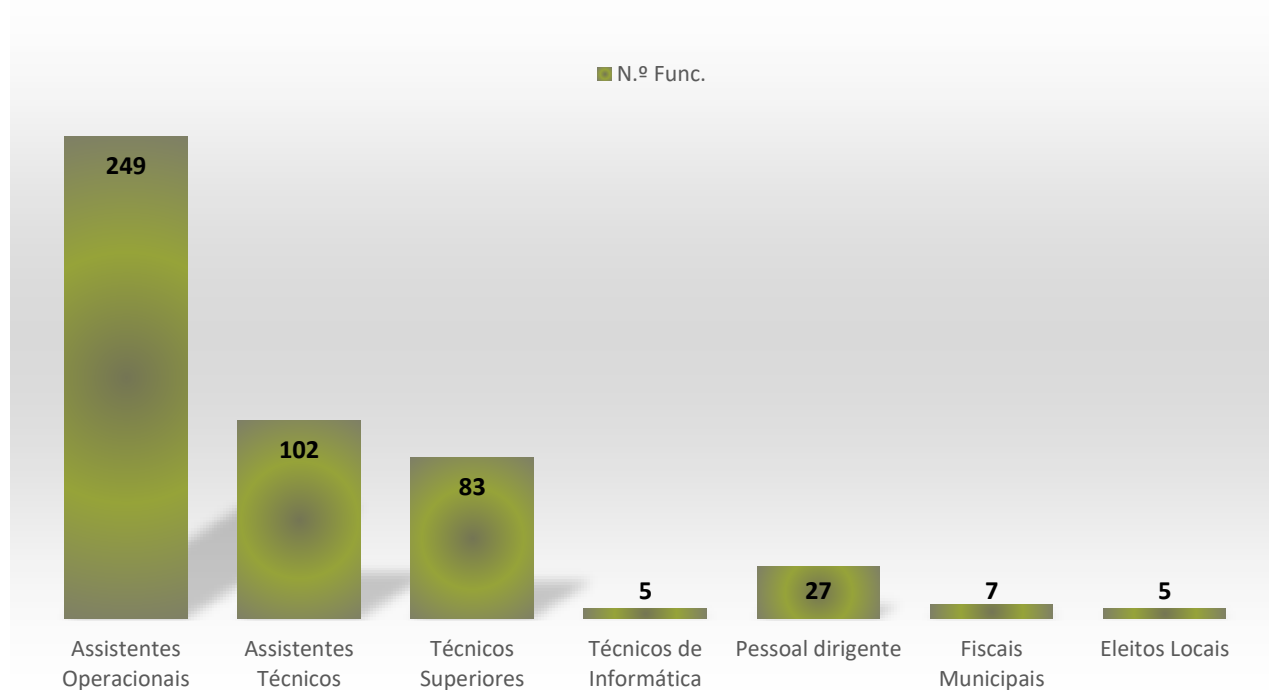


# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Existe novamente um aumento dos custos com os recursos humanos da autarquia, verificando-se a tendência que era previsível e que resulta principalmente das medidas do governo de valorização das carreiras da Administração Pública.



**Figura 2:** Distribuição de funcionários por carreiras profissionais



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



### 2.4. OPERAÇÕES DA ENTIDADE E AMBIENTE EM QUE OPERA

No contexto das suas atribuições enquanto autarquia local, a Câmara Municipal de Águeda desenvolve a sua atividade nas diversas vertentes da gestão do território e do apoio às populações, abrangendo áreas como o ordenamento do território, urbanismo, ambiente, mobilidade, educação, ação social, cultura e proteção civil, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

No exercício das suas competências, o Município prossegue um conjunto alargado de operações orientadas para a satisfação das necessidades da população e para a promoção do desenvolvimento sustentável e integrado do concelho. Estas operações são desenvolvidas num contexto exigente, marcado, em 2025, por incerteza económica, desafios operacionais e instabilidade política, exigindo uma gestão eficiente, adaptativa e orientada para resultados.

A concretização da atividade municipal assenta numa forte rede de cooperação institucional, envolvendo entidades nacionais, regionais e locais, com destaque para:

- O Governo da República, Ministérios e Secretarias de Estado, no quadro da descentralização de competências, contratualização de investimentos e articulação de políticas públicas;
- As Direções-Gerais e Direções Regionais, com intervenção relevante em áreas como a educação, saúde, cultura, ambiente e património;
- A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR), enquanto entidade-chave na gestão e acompanhamento dos fundos comunitários, nomeadamente no âmbito do Portugal 2030 e do PRR;
- As Instituições de Ensino Superior, em particular a Universidade de Aveiro e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (ESTGA), com quem o Município mantém uma cooperação ativa em projetos de inovação, qualificação e desenvolvimento tecnológico;



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



- A CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, estrutura essencial na definição e implementação de estratégias supramunicipais;
- A Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga e a ADICES, enquanto parceiros relevantes nas áreas ambiental, rural e social;
- Outros Municípios, nacionais e internacionais, no âmbito da cooperação territorial;
- As Uniões e Juntas de Freguesia, enquanto parceiros de proximidade fundamentais na execução das políticas públicas locais.

Durante o ano de 2025, o Município manteve um papel ativo na execução de projetos estruturantes, designadamente o Eixo Rodoviário Aveiro–Águeda (ERAA), a ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 e o desenvolvimento das Áreas de Acolhimento Empresarial de Nova Geração, projetos com forte impacto na competitividade económica e coesão territorial.

Ao nível intermunicipal, a cooperação com a CIRA assumiu particular relevância estratégica. Em 2025, destaca-se a eleição do Presidente da Câmara Municipal de Águeda para a presidência da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, reforçando o papel do Município na liderança regional e na articulação de políticas públicas de âmbito supramunicipal.

Neste contexto, a CIRA consolidou a sua posição enquanto interlocutor privilegiado junto do novo Governo, apresentando um conjunto estruturado de prioridades estratégicas para a Região de Aveiro. Entre os principais domínios de intervenção destacam-se:

- **Ambiente e Energia**, com enfoque na continuidade e reforço do modelo de gestão da Ria de Aveiro através da “RiaViva”, na necessidade de investimentos na reabilitação de rios e da Pateira de Fermentelos, na proteção do litoral e na revisão dos modelos de gestão dos sistemas de água e saneamento (AdRA e AdCL);
- **Florestas e Conservação da Natureza**, com prioridade à gestão integrada das áreas florestais, à valorização dos baldios e ao reforço da resiliência face aos incêndios e às alterações climáticas;



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



- **Eficiência Energética e Redes**, com a necessidade de definição do modelo de concessão das redes de baixa tensão e iluminação pública, e reforço de instrumentos de apoio ao investimento;
- **Baixo Vouga Lagunar**, com a garantia de financiamento e execução de obras estruturantes de defesa do território, incluindo o Sistema de Defesa Primário, a Ponte-Açude do Rio Novo do Príncipe e a reabilitação de margens;
- **Mobilidade e Infraestruturas**, com destaque para a eliminação de portagens discriminatórias na A25, a concretização das "Vias para a Competitividade" previstas no PIMTRA (incluindo o ERAA), o desenvolvimento de redes cicláveis e a melhoria da mobilidade sustentável;
- **Sector Ferroviário**, com a requalificação da Linha do Vouga e a defesa de uma ligação ferroviária competitiva entre Aveiro e Espanha, bem como a mitigação dos impactos da nova linha Lisboa-Porto;
- **Saúde e Educação**, com a necessidade de investimento na Unidade Local de Saúde da Região de Aveiro, na qualificação da rede escolar e na melhoria da articulação entre entidades;
- **Ação Social e Descentralização**, com reforço do financiamento e da capacidade de resposta das IPSS e dos Municípios no âmbito das novas competências;
- **Gestão do Património do Estado e Finanças Locais**, incluindo a necessidade de resolução de situações pendentes e de maior transparência no acesso à informação sobre receitas municipais;
- **Desenvolvimento Económico e Coesão Territorial**, reforçando a competitividade da Região de Aveiro, que se mantém como uma das mais dinâmicas do país, com forte desempenho empresarial e exportador.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Este conjunto de prioridades evidencia a importância da cooperação intermunicipal e da articulação com o Governo para a concretização de investimentos estruturantes e para a resolução de constrangimentos que afetam diretamente o desenvolvimento regional.

Globalmente, em 2025, a cooperação institucional revelou-se determinante para assegurar a continuidade das políticas públicas e a execução dos investimentos, reforçando a posição do Município de Águeda como um agente ativo, influente e estrategicamente alinhado com os objetivos de desenvolvimento regional e nacional, mantendo sempre o foco na melhoria da qualidade de vida da população e na valorização do território.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



### 3 OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DA ENTIDADE

No âmbito das Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento para 2025, a Câmara Municipal de Águeda definiu um conjunto de orientações estratégicas estruturadas em três vetores fundamentais: a consolidação orçamental, o planeamento e redesenho da intervenção territorial e a reprogramação e maximização do aproveitamento dos fundos comunitários. Estes eixos refletem a necessidade de garantir sustentabilidade financeira, eficácia na gestão do território e capacidade de captação de financiamento externo.

Complementarmente, foram considerados outros vetores de atuação que reforçam esta estratégia global, nomeadamente a execução de obras e iniciativas que assegurem uma gestão eficiente do território, com particular incidência na regeneração urbana, sobretudo ao nível das freguesias; o reforço das políticas de promoção económica e turística, valorizando a imagem de Águeda enquanto município inovador, sustentável e competitivo; e, ainda, a definição clara de prioridades de investimento, orientadas para a mobilização de fundos comunitários e para a garantia dos recursos necessários à concretização dos projetos.

Apesar de um contexto económico e conjuntural exigente, importa salientar que estas orientações têm vindo a ser concretizadas de forma consistente. A execução das obras manteve um ritmo globalmente positivo, ainda que com alguns constrangimentos pontuais, e o Município continuou a afirmar-se pela sua capacidade de inovação e projeção externa. Tal é evidenciado pelos diversos prémios e distinções alcançados, que reforçam o posicionamento de Águeda no panorama nacional e contribuem para o aumento da sua atratividade económica, social, cultural e turística, gerando simultaneamente um sentimento de orgulho na comunidade local.

No que respeita à operacionalização da estratégia municipal, as prioridades definidas para 2025 materializaram-se em 11 eixos estratégicos, em continuidade com o mandato anterior: Águeda Smart City; Planeamento do Território e Requalificação Urbana; Desenvolvimento Económico e



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Turístico; Educação e Juventude; Sustentabilidade Ambiental e Alterações Climáticas; Águeda é Cultura; Qualidade de Vida e Apoio Social; Qualificação de Infraestruturas de Saúde; Desporto para Todos; Florestas, Proteção Civil e Segurança; e Excelência dos Serviços Municipais.

A implementação destes eixos apresentou níveis de execução diferenciados, influenciados pelo enquadramento macroeconómico e político. Ainda assim, o desempenho global da autarquia revelou-se acima do inicialmente previsto, evidenciando a robustez da sua estrutura organizativa e a capacidade de adaptação face aos desafios. Este resultado demonstra a continuidade de uma atuação estratégica consistente, orientada para o desenvolvimento sustentável do concelho e para a melhoria da qualidade de vida da população, assente em princípios de resiliência, eficiência e compromisso com o interesse público.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



## 4 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No presente capítulo, apresentam-se as demonstrações financeiras relativas à prestação de contas, elaboradas de acordo com o regime de contabilidade de acréscimo, em conformidade com a estrutura conceptual e as normas aplicáveis no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). Seguidamente, procede-se à análise do balanço e da demonstração de resultados, complementada por uma apreciação sintética suportada na informação proveniente da contabilidade de gestão.

### 4.1. ANÁLISE AO BALANÇO

Na análise do balanço referente ao ano de 2025, constata-se que o **Ativo não corrente** continua a representar uma parte significativa do total do Balanço, correspondendo a **78,73%**.

Relativamente ao **Património Líquido e Passivo**, destaca-se, mais uma vez, a preponderância do Património Líquido, que representa **85,69 %** do valor global, conforme se apresenta no quadro 1.

Ativo	2025		2024	
	Valor	%	Valor	%
<b>Ativo não corrente</b>	99 173 547,45	78,73	92 886 838,65	80,24
<b>Ativo corrente</b>	26 788 498,96	21,27	26 046 714,64	19,76
<b>Total Ativo</b>	<b>125 962 046,41</b>	<b>100,00</b>	<b>118 933 553,29</b>	<b>100,00</b>
<b>Património Líquido</b>				
<b>Património Líquido</b>	107 938 746,95	85,69	102 535 848,74	84,04
<b>Passivo não corrente</b>	1 495 149,25	1,19	1 435 141,83	1,56
<b>Passivo Corrente</b>	16 528 150,21	13,12	14 962 562,72	14,40
<b>Total Património Líquido e Passivo</b>	<b>125 962 046,41</b>	<b>100,00</b>	<b>118 933 553,29</b>	<b>100,00</b>

Quadro 1: Balanço



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



### 4.2. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A demonstração de resultados constitui um elemento fundamental na análise financeira do exercício, uma vez que reflete os efeitos económicos decorrentes da atividade desenvolvida pela entidade ao longo do período em causa, evidenciando o resultado final obtido. No que respeita ao ano de 2025, conforme se pode observar no quadro 2, o exercício apresentou um **resultado líquido positivo no montante de 1.023.968,69€**, o que evidencia a capacidade da entidade em alcançar um excedente financeiro resultante da sua atividade.

Rendimentos e Gastos	2025	2024
Impostos, Contribuições e Taxas	14 380 318,30 €	13 588 247,50 €
Vendas	205 837,05 €	1 676 001,86 €
Prestações de serviços e Concessões	3 764 962,31 €	3 846 786,55 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	23 890 826,49 €	20 581 008,10 €
Rend/Gast imputados a entidades associadas	46 060,91 €	5 316,66 €
Custo Merc. Vendidas e Mat cons	1 162 200,49 €	1 491 700,90 €
Fornecimentos e serviços externos	17 069 020,15 €	16 210 977,61 €
Gastos com o pessoal	11 782 309,79 €	11 045 930,70 €
Transferências e subsídios concedidos	8 043 699,56 €	7 429 122,93 €
Imparidades de dívidas a receber	64 997,49 €	85 239,19 €
Provisões	4 110,84 €	149 910,30 €
Outros rendimentos	2 675 053,53 €	2 374 075,43 €
Outros Gastos	526 754,68 €	568 651,53 €
<b>Resultados antes de depreciações e gastos financeiros</b>	<b>6 439 960,57 €</b>	<b>5 560 201,92 €</b>
Gastos/Reversões de depreciação e amortização	5 413 996,41 €	4 863 336,19 €
<b>Resultados operacional (antes de resultados Financeiros)</b>	<b>1 025 964,16 €</b>	<b>696 865,73 €</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	59 383,47 €	110 546,08 €
Juros e gastos similares suportados	61 378,94 €	77 143,51 €
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>1 023 968,69 €</b>	<b>730 268,30 €</b>
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>1 023 968,69 €</b>	<b>730 268,30 €</b>

Quadro 2: Demonstração de Resultados



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



### 4.3. ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

O Município apresenta um conjunto de rácios económico-financeiros com valores positivos, destacando-se, entre eles, o da autonomia financeira e o da liquidez geral. Estes indicadores evidenciam uma situação financeira equilibrada e a capacidade da autarquia para cumprir os seus compromissos de curto prazo. Importa ainda salientar o bom desempenho ao nível dos prazos médios de pagamento, que se mantêm abaixo dos 60 dias, demonstrando uma gestão eficaz dos compromissos assumidos com os fornecedores. Relativamente ao ano de 2025, o **prazo médio de pagamento** foi de **14 dias**.

Dimensão	Indicador	Formula de Cálculo	2025	2024
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	85,69%	86,21%
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	598,88%	625,31%
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/ Gastos Financeiros	1.671,52%	-903,34%
	Endividamento	Passivo/Ativo	14,31%	13,79%
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente / Passivo corrente	162,08%	174,08%
	Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários /Passivo corrente (ou CP)	141,37%	151,46%
	Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente	54,75%	61,22%
Rentabilidade	Rentabilidade do Património Líquido	Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	0,95%	0,71%
	Rentabilidade Operacional do Ativo	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	0,81%	0,59%
Atividade	Prazo Médio de Inventários (PMI)	Saldo Médio Inventários/ Saldo médio Custo das vendas * 365	1075	828
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	Saldo Médio Clientes / Saldo Médio Volume de Negócios * 365	2	2
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	Saldo médio Fornecedores/ Saldo médio (Compras + FSE) * 365	14	12

**Quadro 3:** Indicadores Económico-Financeiros



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



### 4.4. ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

O nível de endividamento municipal foi apurado em conformidade com os artigos 52.º e 54.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, bem como com o disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto.

Da análise efetuada, conclui-se que o Município de Águeda cumpre integralmente os limites legais de endividamento estabelecidos na legislação em vigor.

À data de 31 de dezembro de 2025, o município apresentava uma **margem utilizável de endividamento no montante de 16.797.609,28€**, refletindo uma gestão financeira prudente e responsável.

Apuramento Dívida Total		
Designação	2025	2024
Fornecedores	707 034,23 €	573 817,34 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 056,00 €	864,00 €
Estado e outros entes públicos	126 000,08 €	146 911,07 €
Financiamentos obtidos	60 932,40 €	95 530,73 €
Fornecedores de investimentos	780 624,90 €	492 969,15 €
<b>Total corrente</b>	<b>1 675 647,61 €</b>	<b>1 310 092,29 €</b>
Financiamentos obtidos	16 259,26 €	79 648,40 €
<b>Total não corrente</b>	<b>16 259,26 €</b>	<b>79 648,40 €</b>
<b>TOTAL DE CONTAS A PAGAR</b>	<b>1 691 906,87 €</b>	<b>1 389 740,69 €</b>

**Quadro 4:** Apuramento da "Dívida Total" a 31-12-2025



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



### 4.5. ANÁLISE À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de caixa e seus equivalentes **manteve-se equivalente** entre os anos de 2024 e 2025.

Os fluxos de caixa provenientes das atividades operacionais revelam-se igualmente positivos, desempenhando um papel determinante no reforço da capacidade financeira do Município para fazer face às suas atividades de investimento.

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
PERÍODO			ANO
2025/01/01 a 2025/12/31			2025
Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes	2,18	4 436 423,93 €	4 204 069,58 €
Recebimentos de contribuintes	2,18	13 625 994,18 €	13 019 267,98 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes	2,18	23 503 491,98 €	19 739 480,45 €
Recebimentos de utentes	2,18	546 247,32 €	518 385,72 €
Pagamentos a fornecedores	2,18	- 18 203 210,69 €	- 18 176 937,68 €
Pagamentos ao pessoal	2,18	- 11 704 807,64 €	- 11 069 877,11 €
Pagamentos de transferências e subsídios	2,18	- 8 051 852,43 €	- 7 503 989,79 €
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>4 152 286,65 €</b>	<b>730 399,15 €</b>
Outros recebimentos/pagamentos	2,18	359 729,92 €	15 351,74 €
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>4 512 016,57 €</b>	<b>745 750,89 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis	2,4,5,18	- 10 860 425,35 €	-5 006 789,83 €
Pagamentos - Ativos intangíveis	2,3,18	- 124 479,08 €	-116 989,55 €
Pagamentos - Investimentos financeiros	2,18	- 19 122,06 €	-25 033,65 €
Pagamentos -Outros ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis	2,18		275 000,00 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento	2,18	3 504 204,12 €	5 763 111,96 €
Recebimentos - Transferências de capital	2,18	2 908 006,38 €	2 421 851,89 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares	2,18	16 390,85 €	17 560,39 €
Recebimentos - Dividendos		71 895,99 €	98 302,35 €



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
PERÍODO			ANO
2025/01/01 a 2025/12/31			2025
Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>-4 503 529,15 €</b>	<b>3 427 013,56 €</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Recebimentos - Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-66 352,94 €	-66 352,94 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-53 823,06 €	-77 250,72 €
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento ( c )</b>		<b>-120 176,00 €</b>	<b>-143 603,66 €</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes (a+b+c)</b>		<b>-111 688,58 €</b>	<b>4 029 160,79 €</b>
Efeito das diferenças de câmbio			- €
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		<b>9 160 144,94 €</b>	<b>5 130 984,15 €</b>
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		<b>9 048 456,36 €</b>	<b>9 160 144,94 €</b>
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		9 160 144,94 €	5 130 984,15 €
<b>Saldo da gerência anterior (SGA)</b>		<b>9 160 144,94 €</b>	<b>5 130 984,15 €</b>
<b>SGA de execução orçamental</b>		<b>7 811 820,83 €</b>	<b>3 660 930,19 €</b>
<b>SGA de operações de tesouraria</b>		<b>1 348 324,11 €</b>	<b>1 470 053,96 €</b>
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		9 048 456,36 €	9 160 144,94 €
<b>Saldo para a gerência seguinte (SGS)</b>		<b>9 048 456,36 €</b>	<b>9 160 144,94 €</b>
<b>SGS de execução orçamental</b>		<b>7 571 328,56 €</b>	<b>7 811 820,83 €</b>
<b>SGS de operações de tesouraria</b>		<b>1 476 127,80 €</b>	<b>1 348 324,11 €</b>

**Quadro 5:** DFC – Demonstração dos Fluxos de Caixa 2025



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



## 5 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Neste capítulo, proceder-se-á à análise da execução orçamental, através da comparação entre os valores inicialmente orçamentados e os valores efetivamente executados, conforme evidenciado nas demonstrações financeiras.

Importa, contudo, salientar que, ao longo do ano económico, foi necessário realizar alterações orçamentais de natureza permutativa e modificativa, com o objetivo de assegurar a cabimentação de projetos e ações que exigiram o reforço de determinadas rubricas. Estas alterações foram efetuadas em conformidade com o disposto na Norma de Contabilidade Pública n.º 26 (NCP 26).

### 5.1. RECEITA PRÓPRIA

Relativamente à **receita própria**, verifica-se um aumento de **680.080,46 €**.

Orçamento da Receita	2025			
	Valor Previsto	Valor Executado	Desvio	% Execução
01- Impostos Diretos	13 612 201,55 €	13 587 138,53 €	25 063,02 €	99,82%
02- Impostos Indiretos	47 620,00 €	38 855,65 €	8 764,35 €	81,60%
04-Taxas, Multas e O. Penalid.	567 300,00 €	546 247,32 €	21 052,68 €	96,29%
05 – Rendimentos de Capital	88 400,00 €	88 286,84 €	113,16 €	99,87%
07-Venda de Bens e Serv. Corren.	4 629 100,00 €	4 436 423,93 €	192 676,07 €	95,84%
08- Outras Receitas Correntes	248 000,00 €	238 867,80 €	9 132,20 €	96,32%
13 – Outras Receitas Capital	6 041,00 €	6 040,21 €	0,79 €	99,99%
15- Rep. Não Abatida nos Pag	42 959,00 €	38 503,34 €	4 455,66 €	89,63%
<b>Somatório</b>	<b>19 241 621,55 €</b>	<b>18 980 363,62 €</b>	<b>261 257,93 €</b>	



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Orçamento da Receita	2024			
	Valor Previsto	Valor Executado	Desvio	% Execução
01- Impostos Diretos	13 150 081,58 €	12 973 311,15 €	176 770,43 €	98,66%
02- Impostos Indiretos	51 733,50 €	49 392,03 €	2 341,47 €	95,47%
04-Taxas, Multas e O. Penalid.	525 941,70 €	523 557,62 €	2 384,08 €	99,55%
05 – Rendimentos de Capital	118 500,00 €	115 862,74 €	2 637,26 €	97,77%
07-Venda de Bens e Serv. Corren.	4 606 665,53 €	4 479 069,58 €	127 595,95 €	97,23%
08- Outras Receitas Correntes	158 986,49 €	152 986,49 €	6 000,00 €	96,23%
13 – Outras Receitas Capital	4 000,00 €	3 281,97 €	718,03 €	82,05%
15- Rep. Não Abatida nos Pag	45 000,00 €	2 821,58 €	42 178,42 €	6,27%
<b>Somatório</b>	<b>18 660 908,80 €</b>	<b>18 300 283,16 €</b>	<b>360 625,64 €</b>	

Quadro 6: Receitas Próprias (2024-2025)

## 5.2. TRANSFERÊNCIAS OBTIDAS

No que respeita às transferências obtidas, importa referir que estas dizem respeito, maioritariamente, às participações provenientes do Estado, nomeadamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal, da Participação no IVA e do previsto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013, bem como a montantes resultantes de financiamentos provenientes de fundos nacionais e europeus.

Destaca-se, mais uma vez, um **aumento nestas transferências**, com uma variação positiva de **1.991.258,18€** face ao ano transato, este aumento principalmente nas transferências correntes obtidas.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Orçamento da Receita	2025			
	Valor Previsto	Valor Executado	Desvio	% Execução
06. Transferências Correntes	27 481 218,85 €	23 503 491,98 €	3 977 727,77 €	85,53%
10. Transferências de Capital	20 544 371,19 €	6 412 210,50 €	14 132 160,69 €	31,21%
Orçamento da Receita	2024			
	Valor Previsto	Valor Executado	Desvio	% Execução
06. Transferências Correntes	22 901 471,89 €	19 739 480,45 €	3 161 991,44 €	86,19%
10. Transferências de Capital	10 621 799,26 €	8 184 963,85 €	2 436 835,41 €	77,06%

**Quadro 7:** Transferências Obtidas (2024-2025)

### 5.3. FINANCIAMENTO BANCÁRIO

Neste domínio, importa referir que, durante o ano em análise, **não foram contratados novos financiamentos bancários**. A autarquia manteve-se focada no cumprimento das obrigações previamente assumidas, procedendo exclusivamente ao pagamento dos empréstimos anteriormente contratualizados.

À data de 31 de dezembro de 2025, o montante da dívida bancária em curso ascendia a **33.176,54€**, evidenciando uma gestão prudente, eficiente e controlada do endividamento municipal.

33

### 5.4. ANÁLISE E COMENTÁRIO À EXECUÇÃO DA DESPESA CORRENTE E DE CAPITAL

No que respeita à despesa, constata-se, em 2025, um novo aumento dos encargos com os recursos humanos.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Verificou-se igualmente um acréscimo nas despesas com aquisições de bens e serviços, justificado, em grande parte, pelo agravamento dos custos dos materiais, pelas despesas associadas à descentralização de competências na área da Saúde, assumidas integralmente pelo Município no presente ano, e ainda pelos aumentos substanciais nos serviços relacionados com a gestão dos resíduos urbanos.

Registou-se, ainda, um aumento nas transferências correntes e de capital, evidenciando o reforço do apoio prestado pelo Município às instituições locais, através de diversos programas de apoio, bem como às Uniões e Juntas de Freguesia do concelho.

**Em termos quantitativos, destaca-se que o aumento das aquisições de bens de capital, entre 2024 e 2025, de aproximadamente 5.861.125,05 €, onde é evidenciado o forte investimento feito no município.**

Orçamento das Despesas	2025			
	Valor Previsto	Valor Executado	Desvio	% Execução
<b>Despesas Correntes</b>				
01. Despesas com Pessoal	12 118 481,70 €	11 704 807,64 €	413 674,06 €	96,59%
02. Aquisição de Bens e Serviços	22 136 390,49 €	18 203 210,69 €	3 933 179,80 €	82,23%
03. Juros e Outros Encargos	57 000,00 €	52 823,06 €	4 176,94 €	92,67%
04. Transferências Correntes	6 583 659,55 €	5 950 551,20 €	633 108,35 €	90,38%
06. Outras Despesas Correntes	57 225,00 €	52 485,12 €	4 739,88 €	91,72%
<b>Total de Despesas Correntes</b>	<b>40 952 756,74 €</b>	<b>35 963 877,71 €</b>	<b>4 988 879,03 €</b>	<b>87,82%</b>

<b>Despesas de Capital</b>				
07. Aquisição de Bens de Capital	22 999 380,89 €	10 984 904,43 €	12 014 476,46 €	47,76%
08. Transferências de Capital	3 224 073,96 €	2 101 301,23 €	1 122 772,73 €	65,18%
09. Ativos Financeiros	19 130,00 €	19 122,06 €	7,94 €	99,96%
10. Passivos Financeiros	66 353,00 €	66 352,94 €	0,06 €	100,00%
<b>Total de Despesas de Capital</b>	<b>26 308 937,85 €</b>	<b>13 171 680,66 €</b>	<b>13 137 257,19 €</b>	<b>50,07%</b>
<b>Total das Despesas</b>	<b>67 261 694,59 €</b>	<b>49 135 558,37 €</b>	<b>18 126 136,22 €</b>	<b>73,05%</b>

**Quadro 8:** Orçamento Despesa 2025



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



### Das empreitadas com conta final elaborada em 2025 enumeram-se:

- Reabilitação do Mercado Municipal;
- Repavimentação de Vias do Concelho – 2.ª Fase
- Repavimentação de Vias do Concelho – 3.ª Fase
- Repavimentação de Vias do Concelho – 4.ª Fase
- Remodelação do Cemitério da Cidade de Águeda
- Pavimentação da Rua do Pinhal Grande na Borralha e Acesso da N1 à Rua do Alto em Aguada de Cima
- Pavimentação de Vários Arruamentos em Sernada do Vouga
- Trabalhos de adaptação de habitação no âmbito das técnicas de acessibilidade – Barrô
- Beneficiação da Estrada da Pedreira em Lamas do Vouga

### Das empreitadas com início dos trabalhos no ano 2025, destaque para:

- Edifício/espço de armazenamento e instalação da entidade gestora da CER e medidas ativas de prevenção e proteção de incêndios;
- Execução do parque de estacionamento na Rua 5 de Outubro;
- Pavimentação de vários arruamentos em Sernada do Vouga;
- Requalificação do Largo nossa Senhora da Graça em Assequins;
- Conclusão da reabilitação do Mercado Municipal de Águeda;
- Execução de postos de carregamento de veículos elétricos no Parque Empresarial do Casarão - Áreas de Acolhimento Empresarial PRR;



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



- Repavimentação de vias do concelho - 5.ª fase;
- Repavimentação de vias do concelho – 6.ª fase;
- Repavimentação de vias do concelho – 7.ª fase;
- Reparações diversas na antiga Escola Primária de Bolfiar;
- Beneficiação da Estrada da Pedreira em Lamas do Vouga;
- Ligação Óis da Ribeira – Requeixo;

Verifica-se, novamente, um reforço no investimento municipal em 2025, confirmando o compromisso da autarquia com a concretização de obras estruturantes e de elevado interesse para o concelho.

Adicionalmente, importa referir que se encontram em curso vários procedimentos de concurso e adjudicação, o que evidencia a continuidade da estratégia de desenvolvimento infraestrutural do Município.

### 5.5. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES PARA ANOS SEGUINTE

Os compromissos assumidos pelo Município encontram-se refletidos no Quadro 10, sendo possível verificar que a sua maioria se concentra no ano de 2026, incidindo sobretudo em despesas de capital.

Entre os projetos com maior expressão destaca-se a implementação das Áreas de Acolhimento Empresarial de Nova Geração, cuja conclusão se encontra prevista para meados de 2026, assumindo-se como um dos principais investimentos estratégicos do Município.

Relativamente à empreitada do Eixo Rodoviário Aveiro–Águeda (ERAA), registam-se



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



desenvolvimentos relevantes, nomeadamente no âmbito dos processos de expropriação, sinalizando a progressão desta intervenção estruturante.

No seu conjunto, estas iniciativas assumem um papel determinante na promoção do desenvolvimento económico e na valorização territorial do concelho.

Orçamento e GOP	2026	2027	2028	2029
Despesa corrente	4 881 039,16 €	1 100 056,42 €	293 143,49 €	0,00 €
Despesa de capital	15 694 987,38 €	20 314,51 €	0,00 €	0,00 €
Despesa efetiva [4]	<b>20 576 026,54 €</b>	<b>1 120 370,93 €</b>	<b>293 143,49 €</b>	<b>0,00 €</b>
Despesa não efetiva [5]	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Despesa total [6] = [4] + [5]</b>	<b>20 576 026,54 €</b>	<b>1 120 370,93 €</b>	<b>293 143,49 €</b>	<b>0,00 €</b>

Quadro 9: Compromissos Plurianuais (2026-2029)

## 5.6. ANÁLISE E COMENTÁRIO AO RESULTADO ORÇAMENTAL

Em termos de execução orçamental, verifica-se que, no ano de 2025, **a taxa de execução do orçamento da receita atingiu os 72,69%**, enquanto a **taxa de execução do orçamento da despesa se situou nos 73,05%**, conforme evidenciado no Quadro 11.

Estes indicadores traduzem um nível de execução globalmente positivo, refletindo uma gestão equilibrada e consistente dos recursos financeiros disponíveis.

Embora, numa primeira leitura, os valores de 2025 possam sugerir uma diminuição face a períodos anteriores, importa referir que a análise deve ser efetuada tendo em conta o orçamento global. Nesse contexto, observa-se um aumento significativo dos montantes efetivamente executados,



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



tanto ao nível da receita como da despesa, evidenciando uma maior dimensão financeira da atividade municipal.

Controlo Orçamental	2025			
	Valor Previsto	Valor Executado	Desvio	% Execução
Receita	67 267 211,59 €	48 896 066,10 €	18 371 145,49 €	72,69%
Despesa	67 267 211,59 €	49 135 558,37 €	18 131 653,22 €	73,05%
Grandes opções do Plano	2025			
	Valor Previsto	Valor Executado	Desvio	% Execução
Plano Plurianual de Investimento (PPI)	22 999 380,89 €	10 984 904,43 €	12 014 476,46 €	47,76%
Plano de atividades Municipais (PAM)	26 677 955,00 €	22 300 620,53 €	4 377 334,47 €	83,59%
<b>Valor Global</b>	<b>49 677 335,89 €</b>	<b>33 285 524,96 €</b>	<b>16 391 810,93 €</b>	

**Quadro 10:** Quadro Resumo da Execução (2025)

Controlo Orçamental	2025		2024	
	Valor Executado	% Execução	Valor Executado	% Execução
Receita	48 896 066,10 €	72,69%	46 224 727,46 €	88,58%
Despesa	49 135 557,37 €	73,05%	42 073 836,82 €	80,63%
Grandes opções do Plano	2025		2024	
	Valor Executado	% Execução	Valor Executado	% Execução
Plano Plurianual de Investimento (PPI)	10 984 904,43 €	47,76%	5 123 779,38 €	53,55%
Plano de atividades Municipais (PAM)	22 300 620,53 €	83,59%	21 684 970,27 €	84,46%
<b>Valor Global</b>	<b>33 285 524,96 €</b>		<b>26 808 749,65 €</b>	

**Quadro 11:** Quadro Comparativo da Execução (2024 - 2025)



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



### 5.7. ANÁLISE AOS PRINCIPAIS INDICADORES ORÇAMENTAIS

No que respeita à análise dos indicadores orçamentais, e em particular à evolução dos principais indicadores, observa-se uma descida face ao período homólogo.

As razões subjacentes a esta variação já foram devidamente explanadas nos pontos anteriores, sendo essencialmente justificadas por fatores conjunturais e estruturais que impactaram a execução orçamental no ano de 2025.

Evolução dos principais indicadores orçamentais			
Indicadores Orçamentais		2025	2024
<b>Da Receita</b>			
	Impostos diretos/Receitas correntes	32,02%	34,11%
	Impostos indiretos/Receitas correntes	9,16%	0,13%
	Transferências correntes/ Receitas correntes	55,38%	51,90%
	Transferências capital/ Receitas capital	99,91%	99,96%
	Passivos financeiros/Receitas capital	0,00%	0,00%
	Receitas correntes/Receitas totais	86,79%	82,28%
	Receitas capital/Receitas totais	13,13%	17,71%
<b>Da Despesa</b>			
	Pessoal/Despesas correntes	32,55%	31,47%
	Aquisição bens e serviços/Despesas correntes	50,62%	51,73%
	Transferências correntes/ Despesas correntes	16,55%	16,46%
	Aquisição bens de investimento/Despesas de capital	83,40%	73,87%
	Transferências de capital/Despesas de capital	15,95%	24,82%
	Passivos financeiros/Despesas de capital	0,50%	0,96%
	Despesas correntes/Despesas totais	73,19%	83,51%
	Despesas capital/Despesas totais	26,81%	16,49%



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Evolução dos principais indicadores orçamentais			
Indicadores Orçamentais		2025	2024
<b>Da capacidade financeira</b>			
	Cobertura da despesa pela receita	99,51%	109,87%
	Receitas próprias de funcionamento	18 980 363,62 €	18 300 283,16 €
	Despesas correntes + passivos financeiros	36 030 230,65 €	35 203 624,52 €
	Grau de Execução Orçamental da receita (%)	72,69%	88,58%
	Grau de Execução Orçamental da despesa (%)	73,05%	80,63%
	Indicador de estrutura da receita efetiva		
	Indicador de estrutura da despesa efetiva		
	Saldo Corrente	6 475 434,34 €	2 896 388,48 €
	Saldo de Capital	-6 667 954,95 €	1 343 067,17 €
	Saldo Primário	-101 194,21 €	4 319 527,95 €
	Saldo Global	-154 017,27 €	4 242 277,23 €
	Grau de Realização das liquidações	96,83%	98,88%
	Grau de Execução das obrigações	97,06%	97,53%

**Quadro 12:** Evolução dos Principais Indicadores Orçamentais



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



### 5.8. RISCOS E INCERTEZAS QUE AFETAM A POSIÇÃO FINANCEIRA

A atividade do Município de Águeda desenvolve-se num contexto marcado por diversos fatores de risco e incerteza, de natureza externa e interna, que podem influenciar a sua posição financeira, a execução orçamental e a concretização dos investimentos previstos.

Ao nível macroeconómico, persistem fatores de instabilidade associados às tensões geopolíticas, à volatilidade dos mercados energéticos e às alterações nas dinâmicas do comércio internacional, com impacto direto nos custos de bens e serviços. Apesar da desaceleração da inflação ao longo de 2025, mantêm-se pressões significativas sobre os preços, em particular no setor da construção e da energia, refletindo-se no aumento dos custos das empreitadas e na revisão de preços contratuais.

Importa igualmente destacar o impacto do aumento generalizado dos salários na Administração Pública, o qual, sendo essencial para a valorização dos trabalhadores, se traduz num acréscimo estrutural da despesa corrente municipal, nomeadamente ao nível dos encargos com pessoal e da contratação de serviços.

No domínio da execução de obras públicas, verificam-se constrangimentos relevantes associados à escassez de mão-de-obra qualificada no setor da construção, à volatilidade dos preços das matérias-primas e às dificuldades operacionais dos empreiteiros, fatores que têm contribuído para atrasos na execução das empreitadas, reprogramações e necessidade de ajustamentos financeiros, com impacto direto na execução orçamental e na calendarização dos investimentos.

Acresce, ainda, a crescente complexidade e carga burocrática dos processos administrativos e de contratação pública, que, embora fundamentais para garantir a transparência e o rigor, introduzem, em muitos casos, maior morosidade na tramitação dos procedimentos, condicionando a capacidade de resposta e a celeridade na concretização dos projetos.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



No plano nacional, a instabilidade política verificada em 2025, com a queda do Governo e a realização de eleições legislativas antecipadas, constitui igualmente um fator de incerteza, com potenciais repercussões na definição de políticas públicas, na execução de programas de financiamento e na previsibilidade dos fluxos financeiros provenientes da Administração Central.

No que respeita aos investimentos cofinanciados, subsistem riscos associados à execução dos programas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Portugal 2030, designadamente quanto ao cumprimento de prazos exigentes, à elegibilidade das despesas e à necessidade de eventuais reprogramações.

Não obstante este conjunto de desafios, o Município de Águeda tem vindo a adotar uma abordagem prudente e rigorosa na gestão financeira, assente no controlo da despesa, na monitorização permanente dos projetos e na adaptação contínua às condições do contexto externo. Esta estratégia tem permitido mitigar os riscos identificados e assegurar a manutenção de uma posição financeira equilibrada, garantindo a continuidade dos investimentos e a resposta às necessidades da população.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



## 6 CONTABILIDADE DE GESTÃO

### 6.1. NORMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA 27

A contabilidade de gestão tem assumido um papel cada vez mais relevante, ao constituir um instrumento essencial de apoio à decisão para as entidades públicas. Permite dispor de informação mais detalhada e estruturada sobre a utilização dos recursos disponíveis, contribuindo assim para uma gestão mais eficaz, eficiente e económica. Trata-se, por isso, de uma ferramenta fundamental na gestão interna das organizações.

Este sistema contabilístico possibilita a avaliação dos resultados obtidos nas diversas atividades e projetos desenvolvidos, os quais visam concretizar as políticas públicas definidas e atingir os objetivos estabelecidos em matéria de prestação de serviços aos cidadãos. Destaca-se a capacidade da contabilidade de gestão para desagregar os custos por bens, serviços e funções, o que permite uma análise mais rigorosa e orientada.

Importa referir que a contabilidade de gestão é uma exigência do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), e vem complementar os subsistemas da contabilidade orçamental e financeira. O seu contributo para uma gestão municipal mais eficiente é visível não apenas ao nível global da autarquia, mas também no acompanhamento de cada unidade funcional.

No Quadro 13 é apresentada a demonstração de resultados elaborada ao abrigo da contabilidade de gestão, com distribuição por funções. Este quadro evidencia os custos e rendimentos apurados por função, durante o período em análise.

Da leitura dos dados, constata-se, mais uma vez, que as **Funções Sociais** representam a maior fatia do orçamento da despesa, com cerca de **45%** do total. Dentro destas, **Educação** continua com



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



um peso significativo, representando **aproximadamente 22%**.

As **Funções Gerais** mantêm-se como a segunda área com maior expressão, totalizando **25%**, novamente existe um aumento registado nas **Funções Económicas**, que totalizam **20%** revelando um reforço do investimento em áreas estratégicas para o desenvolvimento económico local.

Funções	Gastos			Rendimentos			Resultados
	cód	u.m	%	cód	u.m	%	u.m
<b>91 - Funções Gerais</b>		<b>11 226 363,16 €</b>	<b>25%</b>		<b>210 651,23 €</b>	<b>0%</b>	<b>-11 015 711,93 €</b>
Serviços gerais de administração pública	91.1	10 211 679,62 €	23%	98.1.01	-252,50 €	0%	-10 211 932,12 €
Segurança e ordem pública.	91.2	1 014 683,54 €	2%	98.1.02	210 903,73 €	0%	-803 779,81 €
<b>92 - Funções Sociais</b>		<b>19 782 043,40 €</b>	<b>45%</b>		<b>10 215 140,64 €</b>	<b>23%</b>	<b>-9 566 902,76 €</b>
Educação	92.1	9 897 799,44 €	22%	98.2.01	7 324 635,05 €	16%	-2 573 164,39 €
Saúde	92.2	458 626,33 €	1%	98.2.02	888 850,34 €	2%	430 224,01 €
Segurança e ação sociais	92.3	1 071 095,72 €	2%	98.2.03	550 646,52 €	1%	-520 449,20 €
Habituação e serviços coletivos	92.4	4 743 667,42 €	11%	98.2.04	1 091 397,84 €	2%	-3 652 269,58 €
Serviços culturais, recreativos e religiosos	92.5	3 610 854,49 €	8%	98.2.05	359 610,89 €	1%	-3 251 243,60 €
<b>93 - Funções Económicas</b>		<b>8 930 383,63 €</b>	<b>20%</b>		<b>2 823 890,98 €</b>	<b>6%</b>	<b>-6 106 492,65 €</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	93.1	1 289,32 €	0%	98.3.01	0,00 €	0%	-1 289,32 €
Indústria e energia	93.2	4 709 347,59 €	11%	98.3.02	1 895 108,26 €	4%	-2 814 239,33 €
Transportes e comunicações.	93.3	1 732 802,66 €	4%	98.3.03	764 904,68 €	2%	-967 897,98 €
Comércio e turismo	93.4	2 486 944,06 €	6%	98.3.04	159 507,24 €	0%	-2 327 436,82 €
Outras funções económicas	93.5	0,00 €	0%	98.3.05	4 370,80 €	0%	4 370,80 €
<b>94 - Outras Funções</b>		<b>4 167 235,09 €</b>	<b>9%</b>		<b>31 880 311,12 €</b>	<b>71%</b>	<b>27 713 076,03 €</b>
Operações da dívida autárquica	94.1	0,00 €	0%	98.4.01	0,00 €	0%	0,00 €
Transferências entre administrações	94.2	2 610 292,41 €	6%	98.4.02	0,00 €	0%	-2 610 292,41 €
Diversas não especificadas.	94.3	1 556 942,68 €	4%	98.4.03	31 880 311,12 €	71%	30 323 368,44 €
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>44 106 025,28 €</b>	<b>100%</b>		<b>45 129 993,97 €</b>	<b>100%</b>	<b>1 023 968,69 €</b>

**Quadro 13:** Demonstração de Resultados por Funções (2025)

Com a entrada em vigor do SNC-AP em 2020, verificaram-se várias alterações ao sistema de informação, designadamente no que respeita ao sistema de contabilidade financeira e orçamental, pelo que será necessária uma maior extensão temporal ao nível das alterações ao subsistema de contabilidade de Gestão. Assim, o Município espera efetuar os correspondentes acréscimos de qualidade nos próximos anos, de modo a produzir toda a informação nos moldes da NCP 27.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



## 7 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Após o termo do exercício de 2025 e até à data de elaboração do presente relatório, não se registaram factos de natureza interna que alterem de forma material a posição financeira do Município de Águeda reportada a 31 de dezembro de 2025.

Não obstante, importa referir a manutenção de um contexto internacional marcado por elevada incerteza, agravado pelo aumento das tensões geopolíticas, designadamente no Médio Oriente. Esta conjuntura tem contribuído para a instabilidade dos mercados internacionais, em particular ao nível dos preços da energia, cadeias de abastecimento e custos logísticos, podendo refletir-se, ainda que de forma indireta, nos encargos associados à atividade municipal.

Ao nível nacional e regional, registaram-se igualmente condições meteorológicas adversas, com a ocorrência de episódios de mau tempo no primeiro trimestre de 2026, designadamente a tempestade “Kristin” e seguintes, que provocaram danos significativos em infraestruturas municipais. Estimam-se prejuízos de natureza estrutural na ordem dos 4 milhões de euros, cuja avaliação detalhada e enquadramento financeiro se encontram em curso.

Apesar da existência de mecanismos de apoio por parte da Administração Central para a reposição dos danos, a execução das intervenções necessárias enfrenta constrangimentos relevantes. Destacam-se, neste contexto, limitações ao nível da capacidade interna para acompanhamento e gestão simultânea de múltiplas intervenções, bem como dificuldades no mercado da construção, nomeadamente a escassez de empreiteiros disponíveis — fortemente solicitados para operações semelhantes noutras regiões —, a falta de mão de obra qualificada e a volatilidade no fornecimento e custo de materiais.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Estes fatores poderão condicionar o ritmo de execução das obras de reposição, implicando ajustamentos na calendarização inicialmente prevista e exigindo um esforço acrescido de coordenação, planeamento e priorização por parte dos serviços municipais.

Destaca-se ainda a continuidade do novo ciclo político iniciado na sequência das eleições legislativas de 2025, bem como a instalação dos novos órgãos autárquicos resultantes das eleições de outubro, assegurando-se a normal continuidade da atividade municipal.

Paralelamente, o Município mantém o desenvolvimento dos projetos e investimentos em curso, com especial enfoque nos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e pelo Portugal 2030, prosseguindo a sua execução de acordo com os objetivos definidos.

Assim, à data de elaboração do presente documento, e não obstante os impactos decorrentes dos fenómenos meteorológicos referidos e os constrangimentos identificados, não são conhecidos factos subsequentes que comprometam a continuidade da atividade do Município, encontrando-se a situação devidamente acompanhada e enquadrada pelos serviços municipais.

Em síntese, os factos ocorridos após o termo do exercício de 2025 reforçam a necessidade de uma gestão prudente, rigorosa e adaptativa, orientada para a mitigação de riscos e para a salvaguarda da estabilidade e sustentabilidade financeira do Município de Águeda, num contexto marcado por múltiplos desafios e fatores de incerteza.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



## 8 APRECIÇÃO DA SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA

A entidade apresenta a sua situação contributiva e tributária devidamente regularizada com a Segurança social, Caixa Geral de Aposentações e Autoridade Tributária.

## 9 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em termos de aplicação de resultados, propõe-se que o resultado líquido positivo do exercício de 2025, **no montante de 1.023.968,69 €**, seja afeto a reserva legal pelo valor de 5% , correspondente ao valor de **51.198,43€**, e o valor remanescente a resultados transitados.

Esta proposta tem como objetivo reforçar a solidez financeira do Município, contribuindo para a estabilidade dos capitais próprios e garantindo uma maior flexibilidade na afetação de recursos futuros. Tal reforço permitirá fazer face aos desafios económicos e orçamentais expectáveis nos próximos anos, assegurando simultaneamente a capacidade de resposta a investimentos estratégicos e a manutenção de uma gestão prudente e equilibrada da tesouraria municipal.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



## 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício económico de 2025 decorreu num contexto particularmente exigente, marcado por um ambiente internacional de elevada incerteza, decorrente de tensões geopolíticas persistentes, volatilidade nos mercados energéticos e agravamento das tensões comerciais globais. Na Europa, verificou-se uma desaceleração da atividade económica, acompanhada por uma progressiva moderação da inflação e por um enquadramento monetário ainda condicionado por taxas de juro relativamente elevadas, com impacto no investimento público e privado.

Em Portugal, o ano ficou igualmente marcado por instabilidade política, associada à queda do Governo e à realização de eleições legislativas antecipadas, fatores que contribuíram para um contexto de maior incerteza institucional. Ainda assim, a economia nacional revelou resiliência, mantendo uma trajetória de crescimento moderado.

No plano local, o Município de Águeda respondeu a este enquadramento com elevada capacidade de adaptação e resiliência, tirando partido dos instrumentos financeiros disponíveis, nomeadamente os fundos do PRR e do Portugal 2030, assegurando a continuidade de uma estratégia de investimento estruturante e sustentável.

A análise da execução orçamental de 2025 evidencia uma gestão financeira sólida, equilibrada e orientada para resultados. O exercício apresentou um **resultado líquido positivo de 1.023.968,69€**, reforçando a capacidade do Município para gerar excedentes financeiros, cumprir as suas responsabilidades e sustentar o investimento municipal.

Ao nível da execução orçamental, registou-se uma taxa de **execução do orçamento da receita de 72,69%** e da despesa de **73,05%**, valores que, embora inferiores aos do exercício anterior em termos percentuais, refletem um aumento significativo dos montantes efetivamente executados, evidenciando uma maior dimensão da atividade municipal.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Ao nível da receita, o valor total arrecadado foi de cerca de **49 milhões de euros**. Destaca-se a forte performance das receitas correntes, com uma execução de cerca de **90,93%**, totalizando **42.439.312,05 €**, sustentadas essencialmente por transferências do Orçamento do Estado, receitas fiscais e participação em programas de financiamento.

As transferências correntes, que incluem as provenientes do Estado e de programas de financiamento, atingiram **23.503.491,08 €**, com uma execução de cerca de **85,53%**, enquanto os impostos diretos – nomeadamente o IMI e o IMT – ascenderam a **13.587.138,53 €**, com uma execução de **99,82%**. Por sua vez, as receitas de capital atingiram os **6.412.210,50 €**, refletindo a natureza plurianual dos projetos financiados e os prazos complexos associados à sua contratualização.

Do lado da despesa, o montante total executado foi de **49.135.558,37 €**, representando uma taxa de execução de **73,05%**. A despesa corrente ascendeu a **35.963.877,71 €**, com uma execução de **87,82%**, assegurando o normal funcionamento dos serviços municipais, o pagamento atempado de compromissos salariais e contratuais e o apoio às freguesias e instituições sociais, educativas e culturais. A despesa de capital, por sua vez, foi de **13.171.680,66 €**, com uma execução de cerca de **50%**, representando o esforço de investimento do Município em áreas estruturantes e estratégicas. Destaca-se aqui o aumento das **aquisições de bens de capital**, em relação a 2024, de cerca de **5,9 milhões de euros**, o que evidencia o forte investimento feito pelo Município em 2025.

É importante referir que muitos destes investimentos têm execução plurianual, sendo natural que parte significativa da despesa orçamentada transite para exercícios seguintes, em consonância com o ciclo físico e financeiro dos projetos, sobretudo os cofinanciados por fundos europeus.

De salientar igualmente que o **apuramento da dívida total** do Município que, no final do exercício, se situou em cerca de **1,6 milhões de euros**, valor que traduz um significativo controlo e contenção



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



na assunção de encargos permanentes e compromissos financeiros. Esta dívida representa apenas uma fração da capacidade de endividamento, atualmente fixada em cerca de **16.8 milhões de euros**, reforçando a margem confortável de atuação do Município no cumprimento das suas responsabilidades e na concretização de projetos futuros.

No que respeita ao **financiamento bancário**, o Município mantém uma posição prudente e controlada, com reduzido recurso a crédito e níveis de endividamento claramente abaixo dos limites legais, não tendo sido contratados novos financiamentos bancários. À data de 31 de dezembro de 2025 o montante da dívida bancária em curso ascendia ao valor de **33.176,54€**

Esta opção estratégica permite preservar a autonomia financeira e assegurar uma gestão sustentável da dívida, garantindo simultaneamente margem para eventual mobilização de financiamento externo, caso necessário, para apoio à concretização de investimentos estruturantes.

Acresce ainda o bom desempenho ao nível da gestão de tesouraria, refletido num **prazo médio de pagamentos** reduzido - a **14 dias**, evidenciando a capacidade do Município em honrar atempadamente os seus compromissos e reforçando a sua credibilidade junto de fornecedores e parceiros.

Não obstante os resultados positivos alcançados, o exercício de 2025 foi igualmente marcado por desafios relevantes, nomeadamente o aumento generalizado dos custos, a escassez de mão-de-obra no setor da construção, a volatilidade dos preços de materiais e a crescente complexidade dos processos administrativos, fatores que condicionaram o ritmo de execução de alguns investimentos. Ainda assim, o Município demonstrou grande capacidade para manter o equilíbrio financeiro, assegurar a continuidade dos projetos estratégicos e responder eficazmente às necessidades da população. A situação económico-financeira apurada no final de 2025 confirma, assim, a solidez e sustentabilidade da gestão municipal, evidenciando uma autarquia financeiramente robusta, com elevada autonomia e capacidade de investimento.



# 2025

## RELATÓRIO DE GESTÃO



Em síntese, o Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2025 demonstra uma governação municipal assente no rigor, na responsabilidade e na visão estratégica. O Município de Águeda reafirma-se como uma entidade capaz de transformar desafios em oportunidades, consolidando o seu percurso de desenvolvimento e afirmando-se como um território de referência ao nível da inovação, da competitividade e da qualidade de vida.

